

Multiculturalidade e Interculturalidade no Campo Educacional Brasileiro e Português

Multiculturalism and Interculturality in the Brazilian and Portuguese Educational Fields
Multiculturalismo e interculturalidad en los ámbitos educativos brasileño y portugués

<https://doi.org/>

Ana Cecília Nicareta Santos Zattar
Psicóloga (UFPR)

Resumo:

O presente estudo tem por objetivo analisar, de forma crítica e comparativa, as distinções conceituais e operacionais entre multiculturalidade e interculturalidade no campo educacional, tomando como base produções acadêmicas relevantes no Brasil e em Portugal. A partir de uma revisão de literatura de caráter qualitativo e interpretativo, fundamentada em artigos científicos, ensaios teóricos e teses acadêmicas, buscou-se compreender as condições históricas, políticas e epistemológicas que sustentam a emergência e a circulação desses conceitos. Os resultados indicam que a multiculturalidade tem sido predominantemente mobilizada como categoria descritiva, associada à constatação da pluralidade cultural nas sociedades contemporâneas, enquanto a interculturalidade se configura como projeto normativo e pedagógico orientado à mediação das diferenças, ao reconhecimento mútuo e à problematização das desigualdades. Contudo, a análise evidencia que essa distinção não é estática nem universal, sendo atravessada por disputas teóricas e usos institucionais distintos em cada contexto. No Brasil, a interculturalidade assume maior densidade crítica ao articular-se com debates sobre relações étnico-raciais, educação indígena e justiça social. Em Portugal, por sua vez, observa-se sua incorporação em políticas públicas, frequentemente tensionada por críticas que apontam para sua possível instrumentalização como discurso de gestão da diversidade. Conclui-se que a diferenciação entre multiculturalidade e interculturalidade ultrapassa o plano terminológico, constituindo-se como chave analítica para compreender as relações entre cultura, poder e educação, bem como os desafios contemporâneos na construção de práticas pedagógicas mais equitativas e inclusivas.

Palavras-Chave: Multiculturalidade. Interculturalidade. Educação.

Abstract:

This study aims to critically and comparatively analyze the conceptual and operational distinctions between multiculturalism and interculturalism in the educational field, based on relevant academic productions in Brazil and Portugal. Through a qualitative and interpretative literature review, grounded in scientific articles, theoretical essays, and academic theses, the study sought to understand the historical, political, and epistemological conditions that underpin the emergence and circulation of these concepts. The results indicate that multiculturalism has been predominantly mobilized as a descriptive category, associated with the observation of cultural plurality in contemporary societies, while interculturalism is configured as a normative and pedagogical project oriented towards the mediation of differences, mutual recognition, and the problematization of inequalities. However, the analysis shows that this distinction is neither static nor universal, being traversed by theoretical disputes and distinct institutional uses in each context. In Brazil, interculturality assumes greater critical density when articulated with debates on ethnic-racial relations, indigenous education, and social justice. In Portugal, its incorporation into public policies is observed, frequently strained by criticisms that point to its possible instrumentalization as a discourse for managing diversity. It is concluded that the differentiation between multiculturalism and interculturalism goes beyond the terminological level, constituting an analytical key to understanding the relationships between culture, power, and education, as well as the contemporary challenges in building more equitable and inclusive pedagogical practices.

Key-words: Multiculturalism. Interculturality. Education.

Resumen:

Este estudio tiene como objetivo analizar crítica y comparativamente las distinciones conceptuales y operacionales entre multiculturalismo e interculturalismo en el ámbito educativo, a partir de producciones académicas relevantes en Brasil y Portugal. Mediante una revisión cualitativa e interpretativa de la literatura, fundamentada en artículos científicos, ensayos teóricos y tesis académicas, el estudio buscó comprender las condiciones históricas, políticas y epistemológicas que sustentan el surgimiento y la circulación de estos conceptos. Los resultados indican que el multiculturalismo se ha movilizó predominantemente como una categoría descriptiva, asociada a la observación de la pluralidad cultural en las sociedades contemporáneas, mientras que el interculturalismo se configura como un proyecto normativo y pedagógico orientado a la mediación de las diferencias, el reconocimiento mutuo y la problematización de las desigualdades. Sin embargo, el análisis muestra que esta distinción no es estática ni universal, sino que está marcada por disputas teóricas y usos institucionales distintos en cada contexto. En Brasil, la interculturalidad adquiere mayor densidad crítica cuando se articula con debates sobre relaciones étnico-raciales, educación indígena y justicia social. En Portugal, se observa su incorporación a las políticas públicas, frecuentemente puesta a prueba por críticas que señalan su posible instrumentalización como discurso para la gestión de la diversidad. Se concluye que la diferenciación entre multiculturalismo e interculturalismo trasciende el nivel terminológico, constituyendo una clave analítica para comprender las relaciones entre cultura, poder y educación, así como los desafíos contemporáneos en la construcción de prácticas pedagógicas más equitativas e inclusivas.

Palabras clave: Multiculturalismo. Interculturalidad. Educación.

INTRODUÇÃO

A distinção entre multiculturalidade e interculturalidade, longe de configurar-se como mera questão terminológica ou simples variação vocabular no interior das ciências humanas e da educação, inscreve-se em um campo de disputas conceituais, políticas e epistemológicas que se intensificou à medida que as sociedades contemporâneas passaram a ser atravessadas, de modo mais visível e estrutural, por fluxos migratórios, reconfigurações identitárias, tensões pós-coloniais e demandas por reconhecimento cultural. Nesse cenário, a diversidade deixa de ser concebida como elemento periférico ou exceção administrável e passa a figurar como dado constitutivo da vida social, escolar e institucional, impondo aos pesquisadores e às pesquisadoras o desafio de interrogar não apenas a presença de grupos culturalmente distintos em um mesmo espaço, mas, sobretudo, as formas pelas quais tais presenças são nomeadas, interpretadas, reguladas e pedagogicamente tratadas.

No âmbito das produções acadêmicas brasileiras e portuguesas, observa-se que os termos multiculturalidade e interculturalidade, embora frequentemente aproximados no discurso normativo e educacional, não operam de modo idêntico, tampouco podem ser tomados como sinônimos pacificados. Em numerosos estudos, a multiculturalidade comparece como categoria descritiva de uma condição social marcada pela coexistência de diferentes grupos culturais, étnicos, linguísticos ou religiosos, ao passo que a interculturalidade tende a ser mobilizada como projeto de relação, mediação e transformação, voltado não apenas ao reconhecimento da diferença, mas à crítica das assimetrias, dos processos de exclusão e das hierarquias que estruturam os encontros entre culturas. Contudo, essa diferenciação, ainda que relevante, mostra-se insuficiente quando abstraída

dos contextos históricos e políticos em que tais conceitos circulam, sendo necessário examinar as condições de sua formulação, apropriação e institucionalização.

É precisamente nesse horizonte que se insere a presente revisão de literatura, cujo propósito consiste em analisar, de modo exaustivo e academicamente fundamentado, as diferenças entre multiculturalidade e interculturalidade, tomando como base artigos científicos e teses acadêmicas produzidos no Brasil e em Portugal. A escolha desses dois contextos não se justifica apenas pela língua comum, mas pelas inflexões específicas que o debate assumiu em cada realidade: no Brasil, fortemente atravessado pelas questões da educação indígena, das relações étnico-raciais e da crítica ao universalismo monocultural; em Portugal, tensionado pelas políticas de integração, pelas narrativas pós-imperiais e pelas ambiguidades do discurso intercultural face às persistências coloniais e raciais. Trata-se, assim, de compreender como tais conceitos foram elaborados, quais problemas buscaram responder e de que maneira vêm sendo acionados nas investigações sobre educação, cultura e poder.

Ao mobilizar autoras e autores como Vera Maria Candau, Reinaldo Matias Fleuri, Rosângela Célia Faustino, Viviane Patricia Colloca Araujo, Luíza Cortesão, Stephen Stoer, Marta Araújo, Nuno Medeiros e Teresa Denis, entre outros, pretende-se demonstrar que a diferença entre multiculturalidade e interculturalidade não pode ser reduzida a um contraste entre coexistência e diálogo, mas deve ser situada no interior de uma gramática mais ampla, onde se entrecruzam reconhecimento, redistribuição, colonialidade, formação docente, currículo e justiça cognitiva. Mais do que classificar conceitos, importa perscrutar os regimes de verdade que lhes dão sustentação, os usos institucionais que deles se fazem e os silenciamentos que, porventura, produzem. Nessa direção, a revisão aqui proposta compreende que o exame crítico da literatura não apenas organiza o estado do conhecimento, mas permite desvelar os

limites, as inflexões e as potencialidades de um debate cuja atualidade permanece incontornável para os estudos educacionais contemporâneos.

PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

O procedimento de revisão aqui adotado estrutura-se a partir de um levantamento sistemático e criterioso de fontes acadêmicas reconhecidas, selecionadas em bases de dados e repositórios institucionais de ampla circulação científica, tais como SciELO Brasil, RCAAP, BDTD/IBICT, bem como repositórios vinculados a universidades portuguesas, entre as quais se destacam a Universidade de Lisboa, a Universidade do Minho e a Universidade Aberta. Tal recorte não se deu de forma aleatória, mas orientou-se pela necessidade de garantir rigor, atualidade e consistência epistemológica ao corpus analisado, privilegiando produções que enfrentam, de maneira direta e fundamentada, os conceitos de multiculturalidade e interculturalidade, sobretudo em suas articulações com o campo educacional. Nesse sentido, foram selecionados artigos de revisão, ensaios teóricos, estudos críticos e teses acadêmicas que, ao tematizar tais categorias, permitem apreender não apenas suas definições conceituais, mas também suas condições de emergência, circulação e apropriação em contextos distintos.

A delimitação do corpus possibilitou a constituição de um campo analítico no qual se destacam contribuições recorrentes de autores e autoras que têm se consolidado como referência no debate, entre os quais Vera Maria Candau (2008; 2012; 2024), Reinaldo Matias Fleuri (2003), Rosângela Célia Faustino (2006), Viviane Patricia Colloca Araujo (2009), Nuno Medeiros e Teresa Denis (2019), Marta Araújo (2018), Inês Pimentel (2024) e Priscila Dalpiaz (2022), além de produções portuguesas que operam com a noção de educação inter/multicultural. A escolha desses referenciais não se justifica apenas por sua recorrência na literatura, mas pela densidade analítica com que tratam o tema, permitindo estabelecer

aproximações, distanciamentos e inflexões entre os contextos brasileiro e português.

A leitura analítica do material evidenciou a recorrência de três eixos estruturantes que organizam o debate contemporâneo. O primeiro, de natureza conceitual, volta-se à distinção entre a diversidade cultural enquanto condição social e as formas de sua elaboração teórica, particularmente no que concerne às noções de reconhecimento, diferença e mediação. O segundo eixo, de caráter político, concentra-se na análise dos modos pelos quais multiculturalidade e interculturalidade são apropriadas por dispositivos normativos, políticas públicas e agendas internacionais, evidenciando as tensões entre discurso e prática. Por fim, o terceiro eixo, de natureza pedagógica, incide sobre os desdobramentos dessas categorias no campo educacional, especialmente no que se refere à formação docente, à organização curricular e às práticas escolares. É, portanto, no entrecruzamento desses três planos — conceitual, político e pedagógico — que se tornam mais visíveis os deslocamentos, as ambiguidades e as disputas que atravessam os usos de multiculturalidade e interculturalidade na literatura especializada.

MULTICULTURALIDADE: CONDIÇÃO DE PLURALIDADE, COEXISTÊNCIA E DIFERENCIAÇÃO SOCIAL

No âmbito da produção acadêmica recente, particularmente na literatura portuguesa, observa-se uma tendência relativamente consolidada de compreender a multiculturalidade como expressão de uma condição social historicamente situada, caracterizada pela presença simultânea de grupos culturalmente distintos em um mesmo espaço de convivência. Tal concepção, longe de configurar um projeto normativo ou um programa de intervenção, inscreve-se, antes, no plano descritivo-analítico, nomeando uma realidade marcada pela pluralidade de pertencimentos, pela circulação de identidades e pela intensificação dos

contatos interculturais. Como apontam Medeiros e Denis, ao analisarem Portugal enquanto sociedade de acolhimento de fluxos migratórios, as cidades contemporâneas tornam-se territórios de trânsito e de encontro, onde se entrelaçam experiências de mestiçagem, mas também se evidenciam tensões, contrastes e formas de antagonismo social. Nesse sentido, a multiculturalidade designa menos um horizonte de ação e mais um estado de coisas, isto é, uma configuração sociológica na qual a diversidade cultural se apresenta como dado constitutivo da vida coletiva.

Essa mesma compreensão comparece em estudos de natureza comparativa que tomam como referência os contextos brasileiro e português. Na tese de Viviane Patricia Colloca Araujo, dedicada à análise da multiculturalidade nas políticas educacionais e à formação de professores, evidencia-se que o termo tem sido mobilizado, sobretudo, como categoria interpretativa da diversidade cultural no âmbito das normativas institucionais. Ao mapear avanços e retrocessos na incorporação dessa temática em documentos legais, a autora demonstra que a multiculturalidade opera, nesses contextos, como linguagem de reconhecimento de uma realidade social plural, à qual o Estado é chamado a responder. Tal uso não implica, necessariamente, a adesão a uma pedagogia específica, mas revela a função do conceito como instrumento de leitura e enquadramento de demandas emergentes no campo educacional.

Entretanto, no interior da literatura brasileira, verifica-se um deslocamento significativo que tensiona essa compreensão predominantemente descritiva. Em determinados autores, a multiculturalidade — frequentemente articulada ao multiculturalismo — passa a ser tratada não apenas como constatação da diversidade, mas como campo de disputas normativas e políticas em torno das formas de reconhecimento e gestão dessa diversidade. Vera Maria Candau, ao examinar o debate, destaca que o multiculturalismo constitui um conceito

polissêmico, atravessado por diferentes abordagens e interpretações, o que impede sua redução a um sentido único ou estabilizado. Desse modo, a distinção entre multiculturalidade e interculturalidade não pode ser construída a partir de uma oposição simplificada, na qual o primeiro termo corresponderia a uma posição neutra e o segundo a uma postura crítica. Há, no interior do próprio multiculturalismo, vertentes que se limitam ao reconhecimento formal da diferença, mas também perspectivas que problematizam as desigualdades estruturais e interrogam as relações de poder que atravessam os processos de construção cultural. É nesse terreno de tensões que a multiculturalidade se revela não apenas como descrição da diversidade, mas como espaço de disputa sobre os modos de compreendê-la e de intervir sobre ela.

INTERCULTURALIDADE: INTERAÇÃO, RECIPROCIDADE E PROJETO PEDAGÓGICO

Se, no plano analítico, a multiculturalidade tende a nomear a condição de pluralidade cultural, a interculturalidade, por sua vez, é frequentemente mobilizada como categoria de natureza propositiva, articulando dimensões éticas, políticas e pedagógicas voltadas à mediação das diferenças. Nesse deslocamento, o foco deixa de incidir sobre a mera coexistência de culturas e passa a privilegiar os modos pelos quais essas culturas se relacionam, se tensionam e se transformam em contextos historicamente marcados por desigualdades. Conforme indicam Medeiros e Denis, a interculturalidade “aparece como utensílio” de vinculação ao outro, operando simultaneamente como dispositivo de integração e como mecanismo de defesa do direito à diferença, ao mesmo tempo em que se coloca como possibilidade de denúncia das estruturas de hegemonização que incidem sobre grupos minoritários. Tal formulação é relevante na medida em que desloca o conceito do reconhecimento passivo da

diversidade para o terreno das relações sociais concretas, onde se produzem negociações, conflitos e disputas por legitimidade.

Essa centralidade do caráter relacional da interculturalidade encontra ressonância em diferentes autores do campo educacional português, que a concebem como processo ativo de interação e construção compartilhada de sentidos. Em síntese apresentada na dissertação de Cristina Rocha, Martins é citado ao definir o interculturalismo como um conjunto de práticas orientadas pela interação, reciprocidade, intercâmbio, abertura e convivência solidária, envolvendo o reconhecimento de valores, modos de vida e representações simbólicas tanto no interior de uma mesma cultura quanto entre culturas distintas. Na mesma direção, Vieira é mobilizado para caracterizar o interculturalismo como atitude humanista, uma forma reflexiva e crítica de compreender o mundo, capaz de legitimar a coexistência de heterogeneidades no interior das identidades. Nesse sentido, a passagem da multiculturalidade à interculturalidade não se realiza por simples adição conceitual, mas por um deslocamento qualitativo que transforma a diferença de um dado a ser administrado em um campo de relações a ser problematizado.

No contexto brasileiro, as contribuições de Reinaldo Matias Fleuri aprofundam essa compreensão ao situar a interculturalidade como um campo complexo de debate, no qual se confrontam diferentes concepções de cultura, identidade e educação. Para o autor, a intercultura não se reduz a uma técnica de convivência pacífica entre grupos distintos, mas constitui um espaço de elaboração teórica e prática que enfrenta diretamente as tensões entre processos identitários e contextos sociais plurais. Em chave convergente, Vera Maria Candau sustenta que a adoção de uma perspectiva intercultural implica a reinvenção da escola enquanto instituição, exigindo não apenas a incorporação da diversidade como conteúdo, mas a problematização das desigualdades, dos preconceitos e dos processos históricos de subalternização que atravessam o cotidiano

escolar. Assim, no interior da literatura brasileira de maior densidade crítica, a interculturalidade não se apresenta como simples diálogo entre culturas, mas como diálogo tensionado por assimetrias, no qual o reconhecimento da diferença se articula à necessidade de transformação das condições que produzem e reproduzem desigualdades.

A DIFERENÇA ENTRE OS CONCEITOS NO CAMPO EDUCACIONAL BRASILEIRO

No campo educacional brasileiro, a distinção entre multiculturalidade e interculturalidade tem sido progressivamente densificada por investigações que recusam a naturalização da diversidade como dado neutro ou autoevidente, deslocando-a para o interior de processos históricos, políticos e institucionais que a produzem, regulam e significam. Nesse horizonte, a contribuição de Faustino (2006) revela-se particularmente elucidativa, ao examinar não apenas o uso corrente dos termos, mas as condições de sua emergência no vocabulário educacional brasileiro. Ao investigar “a origem e história dos conceitos do multiculturalismo e da interculturalidade”, a autora demonstra que tais categorias não surgem em um vazio teórico, mas são incorporadas ao campo educacional em estreita articulação com as reformas dos anos de 1990, com as agendas de organismos internacionais e com a consolidação de políticas voltadas à educação escolar indígena.

Desse modo, multiculturalidade e interculturalidade passam a operar como dispositivos discursivos que mobilizam noções de diversidade, autonomia e participação, ao mesmo tempo em que respondem a imperativos políticos mais amplos. Tal leitura implica reconhecer que a interculturalidade, longe de constituir-se como conceito intrinsecamente emancipador, deve ser analisada à luz das condições históricas e institucionais que orientam sua circulação (Faustino, 2006).

Essa problematização é retomada e ampliada por Candau (2008, 2012, 2024), cuja produção tem contribuído decisivamente para a complexificação do debate no contexto brasileiro. Ao criticar abordagens multiculturalistas de caráter meramente celebratório — centradas na valorização superficial da diversidade — a autora propõe um deslocamento em direção a perspectivas multi/interculturais de cunho crítico e, mais recentemente, decolonial. Em sua análise, multiculturalidade e interculturalidade não se apresentam como categorias estanques ou mutuamente excludentes, mas como conceitos em trânsito, inseridos em um campo de disputas no qual se confrontam diferentes modos de compreender a relação entre cultura, poder e educação. No artigo de 2024, ao interrogar em que medida princípios multiculturais, interculturais e decoloniais oferecem desafios e potencialidades para a investigação das práticas educativas, Candau explicita a necessidade de uma abordagem que não apenas reconheça a diversidade, mas a inscreva em processos históricos de desigualdade e resistência (Candau, 2024).

Esse movimento de transição conceitual repercute diretamente no plano didático, onde a distinção entre multiculturalidade e interculturalidade se torna mais visível em termos de implicações pedagógicas. Ao discutir a didática na perspectiva multi/intercultural, Candau (2012) argumenta que o desafio não se limita à incorporação de conteúdos que representem diferentes culturas, mas exige a problematização dos padrões de conhecimento historicamente universalizados e a construção de práticas pedagógicas que reconheçam a diferença como elemento constitutivo do cotidiano escolar. Nessa direção, a interculturalidade diferencia-se da multiculturalidade na medida em que não se contenta com a visibilização da diversidade, mas demanda a reconfiguração das relações pedagógicas, da organização curricular e das formas de produção e legitimação do conhecimento. Trata-se, portanto, de um deslocamento que implica não apenas o que se ensina, mas como se

ensina e, sobretudo, quem é reconhecido como sujeito legítimo do saber no espaço escolar.

A DIFERENÇA ENTRE OS CONCEITOS NA LITERATURA PORTUGUESA: ENTRE O DISCURSO NORMATIVO E A CRÍTICA

No contexto da produção acadêmica portuguesa, a distinção entre multiculturalidade e interculturalidade revela-se atravessada por um quadro de ambivalências que, longe de indicar fragilidade conceitual, evidencia a densidade política e epistemológica do debate. De um lado, observa-se um investimento significativo, no plano normativo, na adoção da interculturalidade como princípio orientador das políticas educativas, especialmente a partir da década de 1990, período marcado pela intensificação dos fluxos migratórios e pela reconfiguração do perfil sociocultural das escolas.

Conforme analisa Pimentel (2024), Portugal incorpora, em seus dispositivos legais e orientações institucionais, a linguagem da interculturalidade como estratégia de gestão da diversidade, ainda que a materialização desses princípios no cotidiano escolar se mostre tensionada por limites estruturais e operacionais. Os resultados de sua investigação evidenciam que a compreensão da diversidade cultural tende a ser reduzida, em muitos casos, a marcadores como nacionalidade e língua, o que, ao invés de promover uma leitura complexa das diferenças, pode contribuir para a reprodução de estereótipos e para a manutenção de desigualdades já instituídas. Nesse sentido, a interculturalidade, embora enunciada como horizonte político-pedagógico, nem sempre se traduz em deslocamentos efetivos nas lógicas escolares, permanecendo, por vezes, circunscrita ao plano discursivo (Pimentel, 2024).

Por outro lado, parte expressiva da literatura portuguesa tem se dedicado a problematizar criticamente esse uso normativo da interculturalidade, apontando os riscos de sua conversão em linguagem

consensual de gestão da diversidade. Nesse registro, destaca-se a contribuição de Araújo (2018), que, ao propor a noção de “indústria da interculturalidade”, denuncia a consolidação de um conjunto de discursos, diagnósticos e dispositivos institucionais que, sob a aparência de promoção da diversidade, operam na legitimação de determinadas formas de intervenção política e na reprodução de desigualdades étnico-raciais no campo educacional.

A autora rompe, assim, com a suposição de que a interculturalidade, por sua própria denominação, implicaria necessariamente uma postura crítica ou emancipatória. Ao contrário, evidencia que tal conceito pode funcionar como mecanismo de despolitização, obscurecendo a centralidade das heranças coloniais, das construções sociais de raça e das relações de poder que estruturam a sociedade portuguesa contemporânea (Araújo, 2018).

Essa inflexão crítica é reforçada por Cortesão e Pacheco (2008), cuja formulação — amplamente citada no campo educacional português — sustenta que, apesar da recorrência do termo nos documentos oficiais, não se verifica, de modo consistente, a efetivação de uma educação intercultural nas práticas escolares. A força dessa proposição reside menos em sua dimensão afirmativa do que em sua capacidade de evidenciar o descompasso entre discurso e prática, isto é, entre a adoção retórica da interculturalidade e a persistência de modelos pedagógicos que pouco se alteram diante da diversidade cultural. Nesse horizonte, a literatura portuguesa não apenas estabelece distinções entre multiculturalidade e interculturalidade, mas submete esta última a um exame rigoroso, recusando seu uso acrítico e autocelebratório. Trata-se, portanto, de um campo teórico que, ao mesmo tempo em que incorpora a interculturalidade como categoria central, não abdica de interrogá-la em suas condições de possibilidade, em seus limites e em seus efeitos políticos.

SOBREPOSIÇÕES, HIBRIDISMOS E USOS COMBINADOS: “INTER/MULTICULTURAL”

Um dos resultados mais expressivos da revisão empreendida reside na identificação de um movimento teórico, particularmente recorrente na literatura portuguesa, que resiste à separação rígida entre multiculturalidade e interculturalidade, optando, em determinados contextos, pela utilização da expressão composta “inter/multicultural”. Tal escolha terminológica não se configura como simples variação estilística, mas como indício de uma compreensão mais complexa e relacional do fenômeno da diversidade cultural.

Nesse sentido, a dissertação de Rocha (2006) é elucidativa ao explicitar que a adoção do termo “educação inter/multicultural” decorre do fato de que diferentes autores operam com essa articulação, reconhecendo a dificuldade — ou mesmo a impropriedade — de estabelecer fronteiras conceituais absolutamente estanques entre os dois campos. Ao recuperar a distinção proposta por Cortesão e Stoer, a autora evidencia que essa articulação se manifesta também no plano da prática docente, ao diferenciar o perfil do professor monocultural daquele inter/multicultural. Enquanto o primeiro tende a perceber a diversidade como problema, déficit ou obstáculo à aprendizagem, o segundo a reconhece como expressão legítima de práticas sociais e culturais, orientando sua ação pedagógica por princípios de participação, diálogo e democratização do espaço escolar (Rocha, 2006; Cortesão & Stoer, 1996).

A relevância desse uso combinado reside, portanto, na capacidade de evidenciar que a distinção entre multiculturalidade e interculturalidade, embora teoricamente produtiva, não se sustenta, em todos os casos, por meio de uma separação absoluta, sendo frequentemente atravessada por zonas de interpenetração, hibridismo e continuidade conceitual. Tal constatação, entretanto, não implica a dissolução das diferenças entre os termos, mas antes sua reinscrição em um campo mais amplo, no qual se

articulam dimensões descritivas e normativas, coexistência e mediação, reconhecimento e transformação.

Não obstante essa flexibilidade terminológica, a análise da literatura revela a persistência de uma hierarquia valorativa que organiza, ainda que implicitamente, a relação entre os dois conceitos. Em grande parte dos estudos, mesmo quando articulados sob a forma “inter/multicultural”, os termos não ocupam posições equivalentes: a multiculturalidade tende a ser associada à constatação da diversidade, enquanto a interculturalidade é mobilizada como horizonte de intervenção pedagógica e política sobre essa diversidade. Tal assimetria torna-se particularmente visível em pesquisas voltadas à formação docente, como a de Dalpiaz (2022), que, ao sistematizar produções sobre interculturalidade, identifica lacunas significativas na incorporação efetiva dessa perspectiva nos currículos e nas práticas formativas. Nesse contexto, evidencia-se que o problema não reside na inexistência de contextos escolares multiculturais — os quais, de fato, já constituem a realidade de muitas instituições —, mas na insuficiência de práticas pedagógicas que possam ser qualificadas como efetivamente interculturais, isto é, capazes de promover mediações críticas, reconhecimento mútuo e transformação das relações educativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida ao longo desta revisão permite afirmar, com maior densidade teórica e rigor interpretativo, que multiculturalidade e interculturalidade não se configuram como categorias equivalentes ou intercambiáveis, tampouco podem ser tratadas como meras variações terminológicas no interior do campo educacional. Em sua acepção mais recorrente, a multiculturalidade remete à constatação de uma condição social marcada pela pluralidade cultural, enquanto a interculturalidade se apresenta como construção normativa e propositiva, envolvendo um conjunto de mediações éticas, políticas e pedagógicas orientadas à

problematização e à gestão das diferenças. Todavia, a transição entre esses dois planos — do descritivo ao propositivo — não implica, por si só, a instauração de práticas emancipatórias, sendo necessário interrogar as condições históricas e os regimes de poder que sustentam a adoção de tais categorias.

Nesse sentido, parte significativa da literatura brasileira tem insistido que a interculturalidade somente se sustenta como conceito crítico quando articulada ao enfrentamento das desigualdades estruturais, do racismo e dos processos históricos de subalternização, especialmente no âmbito da educação escolar indígena, das relações étnico-raciais e das políticas de direitos humanos (Candau, 2012; Fleuri, 2003; Faustino, 2006). Em contraposição, estudos produzidos no contexto português evidenciam que a interculturalidade, quando apropriada como linguagem normativa das políticas públicas, pode converter-se em dispositivo de gestão da diversidade, operando, em determinados casos, como mecanismo de neutralização de conflitos e de silenciamento das heranças coloniais e das construções sociopolíticas de raça (Araújo, 2018; Pimentel, 2024). Tal ambivalência revela que a interculturalidade não possui um conteúdo intrinsecamente crítico, sendo sua potência analítica e política dependente dos usos que dela se fazem e dos contextos em que é mobilizada.

Do ponto de vista acadêmico, o estado da arte permite a formulação de três considerações centrais. Em primeiro lugar, a distinção entre multiculturalidade e interculturalidade revela-se heurística e analiticamente produtiva, na medida em que possibilita diferenciar a diversidade enquanto condição social da diversidade enquanto objeto de intervenção pedagógica e política. Em segundo lugar, tal distinção demanda ser historicizada, uma vez que ambos os conceitos circulam em contextos institucionais específicos, respondendo a agendas políticas, normativas e epistemológicas situadas. Por fim, a literatura de maior densidade crítica, tanto no Brasil quanto em Portugal, desloca o debate

para além da mera classificação conceitual, reinscrevendo-o no interior de problemáticas mais amplas, relacionadas às articulações entre cultura, poder, escola e cidadania.

É nesse ponto que a revisão de literatura ultrapassa sua função descritiva e passa a constituir-se como exercício de crítica teórica, capaz de desvelar os limites, as tensões e as potencialidades dos conceitos em análise. Mais do que distinguir termos, trata-se de compreender os regimes de verdade que os sustentam, os usos institucionais que os operacionalizam e os efeitos que produzem na organização das práticas educativas. Assim, a diferença entre multiculturalidade e interculturalidade não se esgota em sua definição, mas se revela, sobretudo, na forma como cada uma delas participa — ou deixa de participar — da construção de uma educação comprometida com a justiça social, o reconhecimento da diferença e a transformação das desigualdades.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Viviane Patricia Colloca. *A multiculturalidade nas políticas educacionais e a formação de professores: Brasil e Portugal*. 2009. 429 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

ARAÚJO, Marta. As narrativas da indústria da interculturalidade (1991-2016): desafios para a educação e as lutas anti-racistas. *Investigar em Educação*, II série, n. 7, p. 9-35, 2018.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 37, 2008.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. *Educação & Sociedade*, v. 33, n. 118, p. 235-250, 2012.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. A pesquisa multi/intercultural na educação: possibilidades, desafios e reinvenções. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 2024.

CORTESÃO, Luíza; PACHECO, José Augusto. O conceito de educação intercultural. 2008.

DALPIAZ, Priscila. Tendências da interculturalidade: contribuições para formação de professores. *Educação, Sociedade & Culturas*, 2022.

FAUSTINO, Rosângela Célia. *Política educacional nos anos de 1990: o multiculturalismo e a interculturalidade na educação escolar indígena*. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e educação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 23, 2003.

MEDEIROS, Nuno; DENIS, Teresa. Multiculturalidade, interculturalidade, direitos humanos e violência de gênero: breves notas para pensar o caso da mutilação genital feminina em Portugal e a sua abordagem. *Cadernos Pagu*, n. 55, 2019.

PIMENTEL, Inês Patrícia. Educação intercultural em Portugal: entre as normativas e as traduções. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, 2024.

ROCHA, Cristina Eugénia Ferreira. *A escola e a diversidade étnica e cultural*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Aberta, Portugal, 2006.